

Educação e Desenvolvimento

O liberalismo ensina que não há nação livre se não se efetiva igualdade de oportunidades educacionais.

Marco Maciel

Caracterizadora das décadas que sucederam à 2ª Guerra Mundial, a tendência a associar educação e desenvolvimento se viu reforçada especialmente a partir dos anos 50, com base na reconstrução alemã e na japonesa. O rápido desenvolvimento dos países vencidos naquele conflito pareceu insuficientemente explicado pela quantidade de capital e de trabalho empregada: existiria um "terceiro fator", responsável pela qualidade do trabalho, resultado de investimento nos setores sociais. A educação, o nível de qualificação da mão-de-obra empregada, seria um fator determinante da força e da velocidade do crescimento econômico.

Não podemos, no entanto, afirmar que a ligação entre educação e desenvolvimento seja uma idéia nova. Ela já está sugerida na obra de Adam Smith e dos grandes economistas do século passado. A grande novidade do pós-guerra era a ênfase no que foi por muitos denominado de "capital humano" e a tentativa de elevar a contribuição do investimento em educação para o desenvolvimento econômico. Entre nós, já em 1878 Leônicio de Carvalho propunha uma reforma do ensino com base nos benefícios sociais e econômicos da educação. Quatro anos mais tarde o famoso parecer-projeto de Rui Barbosa sobre o ensino primário destacava a mesma idéia: a educação popular seria, para ele, a mais criadora de todas as forças econômicas, a mais fecunda das medidas financeiras. Afastando a racionalidade tecnocrática estrita, os pensadores liberais deste País sempre tiveram presente a importo pesâncua da difusão do ensino fundamental, conscientes de que uma nação é o seu povo e de que somente a oferta de amplas oportunidades de educação para o conjunto da população pode de fato mudar a face do País e fazer dele uma nação forte.

Não resta dúvida de que o Brasil se beneficiou de consequências práticas daquelas idéias que conectavam diretamente educação e desenvolvimento. Colocando a prioridade na formação de força de trabalho qualificada, a política educacional brasileira centrou-se, em grande medida, na expansão do terceiro grau e na implantação da pós-graduação. No entanto, do ponto de vista político, a discussão mais importante da questão educacional situa-se, sem dúvida, no ensino básico. Em poucos períodos da nossa história constitui ele pre-

cupação prioritária dos governantes. Ainda hoje contamos com mais de 20 milhões de analfabetos com mais de 15 anos e oito milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola.

Os problemas que afetam nossa escola básica, porém, não dizem respeito apenas ao aspecto quantitativo. Há que reconhecer que ela se encontra em situação calamitosa também do ponto de vista da qualidade do ensino oferecido. E nesse duplo aspecto é que assenta a prioridade ao ensino básico, prioridade congruente com um dos princípios mais caros ao liberalismo: aquele que ensina que não haverá nação livre se não se efetiva o princípio da igualdade de oportunidades educacionais. É a igualdade de chances que caracteriza as sociedades democráticas, que abre a todos as possibilidades de ascensão social. A educação do povo é condição para maior coesão social, para o fortalecimento da confiança mútua, sobre a qual se deve apoiar o desenvolvimento da sociedade, para a defesa dos direitos individuais e a tolerância do dissenso.

Para a consecução desse objetivo, deve o Estado criar novas oportunidades de educação, quer através da expansão, quer através da melhoria qualitativa da rede pública de ensino. Países que serviram como exemplo pelo seu desenvolvimento rápido não hesitaram em aplicar os seus recursos num sistema público que atingisse todos os níveis e que assegurasse a toda a sua população oportunidades o mais possível equalizadas no campo educacional. A responsabilidade do Estado em relação aos cidadãos e, por tudo isso, particularmente importante no campo da educação. E sua função promover o cumprimento do preceito constitucional que estabelece a obrigatoriedade do primeiro grau para todos aqueles que se encontram em idade escolar. Mas é bom lembrar, se a educação é direito do cidadão e dever do estado, não deixa tampouco de constituir-se também responsabilidade de todos. Por isso, convém apelar para que toda a sociedade nos ajude na realização dessa tarefa fundamental para o País.

Ministro da Educação e Senador da República (PFL); foi Deputado, Presidente da Câmara Federal e Governador de Pernambuco